

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL: DE UM
MODELO NACIONAL AO PROTAGONISMO DE UM MODELO ESTADUAL****School Education of Physics of Rio Grande do Sul: a model to national leadership of a
state model****Escuela de Educación Superior Física de Rio Grande do Sul: un modelo de liderazgo
nacional de un modelo de estado**

Vanessa Bellani Lyra*

Janice Zarpellon Mazo**

Resumo

O presente artigo ocupa-se em tratar do processo de reprodução/produção de modelos formadores, no que tange às similaridades encontradas entre a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e a Escola Superior de Educação Física (ESEF), implantada no estado do Rio Grande do Sul. Nessa direção, os esforços de uma diferenciação se acentuam na medida em que a instituição sul-rio-grandense inicia a criação de preceitos identitários e protagonistas no Estado, dando vazão a uma organização educacional de formação ainda desconhecida nessa realidade. A investigação está assentada na análise de documentos escritos interpretados a partir da técnica da análise documental (PIMENTEL, 2001; LÜDKE E ANDRÉ, 2007; CORSETTI, 2006). Nesse sentido, analisar as bases originais de edificação da ESEF e, ao mesmo tempo, aquelas que tornaram sua sustentação possível de forma singular no Estado, ao longo de 30 anos, possibilitou-nos interpretar a referida instituição em uma dupla função: reprodutora em potencial de um modelo nacional; ao mesmo tempo em que produtora e protagonista de um modelo estadual. Em outras palavras, podemos considerar que a ESEF, influenciada pelos ares pedagógicos da ENEFD, trouxe ao Rio Grande do Sul a tentativa de operacionalizar a releitura e a unificação das condutas pedagógicas então aqui existentes e circulantes.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Física. Instituições de ensino. Formação de Professores

Abstract

This article deals with treating the reproduction process / production trainers models, with regard to the similarities found between the National College of Physical Education and Sports (ENEFD) and the Higher School of Physical Education (ESEF), located in the state of Rio

* Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (UFRGS) e do Núcleo de Pesquisa Ciências e Artes do Movimento Humano (UCS). E-mail: vblyra@yahoo.com.br

** Doutora em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto (UP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (UFRGS). E-mail: janmazo@terra.com.br

Grande do Sul. In this sense, the efforts of differentiation is accentuate the extent that the South Rio Grande institution initiates the creation of identity precepts and protagonists in the State, giving rise to an educational training organization still unknown in this reality . The research is grounded in the written document analysis interpreted from the documentary Analysis (Pimentel, 2001; Lüdke AND ANDRÉ, 2007; CORSETTI, 2006). In this sense, analyze the original building foundations of ESEF and at the same time, those who made their possible support singularly in the State, over 30 years, has enabled us to interpret that institution in a dual function: potential reproductive a national model; at the same time producing and protagonist of a state model. In other words, we can consider that the ESEF, influenced by the teaching of air ENEFD, brought to Rio Grande do Sul trying to operationalize the reading and the unification of teaching behaviors so here existing and current.

KEYWORDS: History of Physical Education. Educational institutions. Teacher Education

Resumen

Este artículo trata sobre el tratamiento de los modelos formadores reproducción proceso / de producción, en lo que respecta a las similitudes encontradas entre el Colegio Nacional de Educación Física y Deportes (ENEFD) y la Escuela Superior de Educación Física (ESEF), situado en el estado de Río Grande do Sul. En este sentido, los esfuerzos de diferenciación es acentuar la medida en que la institución del Sur de Río Grande inicia la creación de preceptos de identidad y protagonistas en el Estado, dando lugar a una organización de formación en educación, todavía desconocido en esta realidad . La investigación se basa en el análisis de documentos escritos interpretado desde el documental Análisis (Pimentel, 2001; Lüdke Y ANDRÉ, 2007; CORSETTI, 2006). En este sentido, analizar los fundamentos originales de ESEF de construcción y, al mismo tiempo, los que hicieron su posible apoyo singularmente en el Estado, más de 30 años, nos ha permitido interpretar esa institución en una doble función: la capacidad de reproducción un modelo nacional; al mismo tiempo, producir y protagonista de un modelo de estado. En otras palabras, podemos considerar que la ESEF, influenciado por las enseñanzas de aire ENEFD, traído a Río Grande do Sul tratando de poner en práctica la lectura y la unificación de los comportamientos de enseñanza asique existente y actual.

PALABRAS CLAVE: Historia de la Educación Física. Las instituciones educativas. La formación del profesorado

INTRODUÇÃO

É ponto passivo na literatura especializada que a educação escolar foi um dos principais alvos das campanhas nacionalizadoras empreendidas no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940. Neste contexto, também é recorrente a afirmação de que a formação de professores para atuar nestes espaços recebe incentivos que a fazem caminhar nos mesmos passos, rumo aos mesmos caminhos. Sem muitas dificuldades, foi possível perceber que esse movimento pedagógico que tomou o Brasil, no qual se empreendeu uma noção civilizadora inquestionável, encontra na Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (ESEF)¹ razão e reforço para suas convicções. Assim protegida e sustentada, a ESEF surge no ano de 1940 trazendo ao campo uma organização das práticas de Educação Física, até então desconhecidas no Estado.

¹ Atual Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Maiores informações, ver LYRA (2013); LYRA, MAZO (2010); MAZO (2005).

Diante do exposto, o presente artigo ocupa-se em tratar desse processo de reprodução/produção de modelos formadores, no que tange às similaridades encontradas entre a ESEF e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) da Universidade do Brasil (UB)², primeira escola brasileira de educação física de nível superior ligada a uma universidade, implantada pelo decreto lei n. 1212. em 1939. Se é certo que as organizações nacionais serviram de parâmetro para as estaduais, é necessário, antes de tudo, compreender as particularidades que se fizeram presentes na estrutura original e, posteriormente, suas possíveis adequações às realidades do Estado sulino. Nessa direção, os esforços de uma diferenciação se acentuam na medida em que a instituição sul-rio-grandense inicia a criação de preceitos identitários e protagonistas no Estado, dando vazão a uma organização educacional de formação ainda desconhecida nessa realidade.

Partindo-se de uma perspectiva sócio-histórica de análise o estudo é conduzido no sentido de identificar as condições de emergência da ESEF no estado do Rio Grande do Sul, compreendendo-a em sua posição de vanguarda no cenário social em que se inseria. A investigação está assentada na análise de documentos escritos, os quais foram concebidos enquanto materiais históricos, portadores de mensagens, sentidos e finalidades particulares ao seu contexto. Assim, em busca da compreensão da realidade histórica eleita, este estudo foi construído a partir da inspiração teórica de Bourdieu (1983; 1996) e seu conceito de “campo”, com o qual nos fez tensionar a realidade da ESEF no cenário sul-rio-grandense, na medida em que a posicionamos em meio a um contexto sociocultural do qual se fez, ao mesmo tempo, produtora e produto. Cabe ressaltar que, para esse momento, as fontes privilegiadas compuseram um grupo distinto de documentos, interpretados a partir da técnica da análise documental (PIMENTEL, 2001; LÜDKE E ANDRÉ, 2007; CORSETTI, 2006). Os resultados obtidos são apresentados em dois tópicos que assim se organizam neste texto: Reproduzindo um modelo nacional: a relação entre ESEF e a ENEFD; Produzindo uma identidade formadora para o Rio Grande do Sul.

Reproduzindo um modelo nacional: a relação entre ESEF e a ENEFD

Inserida na então Universidade do Brasil, a ENEFD fora idealizada para ser a escola-padrão no que tangenciava a formação de professoras(es) de Educação Física, servindo de modelo para todas as escolas superiores que fossem criadas nos demais estados do país. De fato, ao realizarmos uma breve leitura do documento legal, decreto lei n. 1212. em 1939, não nos restam dúvidas quanto ao caráter pedagógico e instrucional do mesmo: desde seus esquemas curriculares, divisão dos tempos e espaços, até a organização de seu pessoal técnico-administrativo e corpo docente estavam previstos. Tudo parecia condizer com a finalidade, a qual objetivamente se propunha a alcançar: “[...] imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática” (Art. 1º).

A criação da Escola Nacional de Educação Física, no ano de 1939, na cidade do Rio de Janeiro, foi tema central da pesquisa de mestrado de Melo (1996). Entre outros pontos interessantes, o autor (1996) explicita em seu estudo, alguns elementos que justificam a importância e a irradiação da influência da ENEFD às demais Escolas de Educação Física que surgiram no Brasil, após a sua fundação³.

² Atual Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Maiores informações, ver MELO (1996).

³ O primeiro currículo de ensino da Educação Física universitária surgiu, segundo Costa (2006), na década de 1930. No entanto, o primeiro currículo reconhecido e divulgado como padrão nacional, foi o do curso superior da *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.6, n.18 p.40-52, set. /dez. 2016

Dentre as principais contribuições trazidas à Educação Física brasileira, Melo (1996) sublinha as pesquisas realizadas no interior da referida Escola que foram divulgadas através dos “Arquivos”⁴ e dos cursos e congressos que sediava e/ou ajudava a organizar. Para além, auxiliava as recém-criadas escolas com infraestrutura material e física, mas também com o envio de seus professores para nestas participar como palestrantes e conferencistas, facilitando o acesso a informações mais recentes e, teoricamente, mais aprofundadas. Ainda, segundo o autor (1996), a ENEFD foi a primeira escola e possivelmente uma das primeiras instituições, no Brasil, a fazer e divulgar pesquisas sistemáticas em Educação Física.

Outra grande contribuição da ENEFD, apontada por Melo (1996) em seu trabalho, foi a luta travada pela Escola para que as demais Escolas de Educação Física de outros Estados fossem aceitas no âmbito das universidades. A citação abaixo, do próprio autor (1996), nos dá um panorama dessa influência exercida pela ENEFD ao desenvolvimento das Escolas Superiores de Educação Física do Brasil:

Areno, por exemplo, quando diretor [da ENEFD], viajou para muitos Estados e procurou entrar em contato com os reitores das Universidades, procurando apresentar-lhes as experiências satisfatórias da ENEFD, a única Escola de Educação Física não só ligada a uma Universidade, como também ligada a uma das mais importantes universidades do Brasil. Em **1961, por exemplo, manteve contato com os reitores da Universidade do Rio Grande do Sul, Elyseu Pagliali, e da Universidade do Paraná, Flávio Supply** [...] A ENEFD também foi responsável por formar gerações de profissionais competentes em todos os ramos, muitos dos quais, enquanto bolsistas, voltavam a seus estados e divulgavam o conhecimento adquirido e/ou auxiliavam na organização da educação física em seu Estado (MELO, 1996, p. 111-113, grifos nossos).

A influência da Escola Nacional na criação da ESEF do Rio Grande do Sul é inegável sob diversos aspectos. Recorrentemente citada como parâmetro administrativo e pedagógico nos documentos estaduais que consultamos, a ENEFD aparece justamente com esse papel modelador das demais instituições formadoras que a seguiram no país, bem como padrão referenciado nas origens mais remotas da ESEF. Cabe ressaltar também que, nesse contexto, a ENEFD além de ser veiculada como um modelo de sucesso a ser seguido, também emerge no país com o status de instituição “oficial”, “autorizada” e, portanto, protegida pela atmosfera da “ciência” e da “verdade”.

Se mais tarde alguns estudiosos da História da Educação Física no Brasil nos apontaram na ENEFD a proximidade e, até, certa continuidade com o pensamento militarizado, proveniente da Escola de Educação Física do Exército⁵; neste momento inaugural da ESEF, à aurora da década de 1940, o meio civil se via, perfeitamente, presenteado com a inauguração

ENEFD, especificamente, em 1939 quando da criação da escola. A ENEFD recebeu a responsabilidade e incumbência na formação de equipes de especialistas em Educação Física para o meio civil.

⁴ “Arquivos” era o nome dado ao periódico científico criado pela ENEFD, que circulou durante os anos de 1945 a 1972, sendo considerado pioneiro na produção científica na área da Educação Física brasileira. Cabe ressaltar que a atual revista “Arquivos em Movimento”, lançada na XII Bial Internacional do Livro, no ano de 2005, corresponde a sua nova versão e é vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵ A formação superior em Educação Física no Brasil nasce em berço militar, no início do século XX, com a Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX). Seu legado é irrefragável na consolidação de todos os demais cursos de formação de professores na área, em todo o país. No narrar de Ferreira Neto (1999, p. 291), a ESEFEX foi a “célula-máter” da formação profissional no campo.

de uma escola nacional de formação de professores. Assim, nada mais moderno do que construir, a seus moldes, as demais Escolas de Educação Física espalhadas pelo país.

É nessa esteira que é produzida a estrutura da ESEF do Rio Grande do Sul. Certamente, não podemos deixar de considerar o fato de que sua criação não ficou livre de disputas e adaptações, sobretudo naquilo que podemos chamar, “campo das ideias”. A ESEF, influenciada pelos ares pedagógicos da ENEFD, traz ao Estado a tentativa de operacionalizar uma releitura de tais ideias então aqui existentes, que foram se tornando presentes nas formas de se pensar e se fazer a Educação Física no estado do Rio Grande do Sul. Nos move o registro feito pelo Capitão Olavo Amaro da Silveira, primeiro diretor da ESEF, sobre as resistências sofridas pela chegada da referida escola ao Estado. Suas palavras fazem parte do discurso proferido por ele, na ocasião da solenidade de formatura, no ano de 1942:

Após um intenso e prolongado trabalho, no qual as nossas atividades se multiplicaram, quer no aspecto físico e intelectual, quer no aspecto cívico e social, chegamos ao término do terceiro ano letivo da Escola Superior de Educação Física. Si olharmos para o passado, desde a data da instalação do nosso Departamento, constataremos os sacrifícios e os exaustivos esforços, a tenacidade e a abnegação que nos custou a sua organização. **Tivemos que vencer inúmeras resistências, que procuravam entravar o ritmo normal de nossas atividades, umas de ordem material, e outras, as piores, provocadas pela instituição de ideias novas, embóra, perfeitamente enquadradas dentro dos modernos preceitos da ciência, da experiência, da sã moral e do bom senso.** Porém, essas dificuldades, umas e outras, longe de nos desanimarem, só serviram para estimular o nosso desejo de produzir e o nosso legítimo orgulho de termos sido os iniciadores desse novo aspecto da educação física no nosso Estado, cujos benéficos efeitos já se estão fazendo sentir na infância e na juventude de nosso torrão natal”. (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, grifos nossos).

Ainda fazendo uso das palavras do referido diretor, em documento produzido por ele mesmo durante a sua gestão, com vistas a preservação do que chamou “Histórico da ESEF”, é possível destacarmos que a criação da referida instituição pareceu resultante de laços de interesses bastante sólidos que uniam, de um lado, o governo estadual, tendo à frente o Interventor Federal, General Cordeiro de Farias, e de outro, os interesses do governo nacional. De uma maneira mais ampla, o documento nos traz reflexões que bem caracterizam esse elo nacionalizador que se procurava estabelecer com a Educação Física, na busca da formação de “uma juventude forte e sadia” (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, p. 2), aqui no Rio Grande do Sul.

Sem muitas dificuldades, podemos concluir que a criação da ESEF trazia em seu cerne, uma questão sócio-política bem estruturada e afinada com o contexto em que se inseria: colocar a juventude sul-rio-grandense na marcha nacionalizadora. Sua participação nesse grande projeto de educação se daria, portanto, pela formação de professoras(es), técnicos e médicos especializados em Educação Física, habilitações profissionais já em vigor na ENEFD.

Outro fato a ser considerado na criação da ESEF diz respeito às suas filiações institucionais. Mesmo que neste momento inaugural não tenhamos visto a instituição emergir no seio de uma universidade, como preconizavam os idealizadores nacionais, é possível pensarmos que esse fato não enfraqueceu em qualquer direção sua importância no cenário estadual daquele momento. O que nos conduz a estruturar esse pensamento é a junção de dois outros: de um lado, a ESEF parecia estar resguardada de quaisquer necessidades de vinculação universitária pelo fato de aqui representar os pensamentos e estruturas da ENEFD, por sua vez,

ligada à então Universidade do Brasil. De outro, o adjetivo “Superior” inserido no nome da Escola nos é revelador de sua posição na hierarquia dos saberes que circulavam nas demais formações existentes até então no campo da Educação Física aqui do Estado.

Nesse sentido, é aqui interessante destacarmos um fato curioso encontrado na fala de algumas entrevistadas. Mesmo tendo concluído o Curso Normal na referida Escola, ou seja, tornaram-se Normalistas especializadas em Educação Física (formação em nível médio, “segundo grau”, à época), estas entendiam-se e declaravam-se como professoras de Educação Física formadas em nível superior. Uma vez que o Curso Superior se inicia apenas em 1941, constituindo-se em uma formação paralela à formação Normal, a convicção de cursar a Escola Superior sobrepuja-se a quaisquer diferenciações de titularidade impostas pelos seus diferentes cursos. Em outras palavras, o sentido de formar-se em Educação Física na ESEF, nesses momentos iniciais, aproximou-se da representatividade que era atribuída a uma formação em nível universitário. Assim, a Escola sul-rio-grandense nascia como uma das primeiras instituições oficiais no Brasil a formar professoras(es) de Educação Física, ladeada pelas Escolas do São Paulo e Pernambuco.

O prestígio herdado pela reprodução do modelo nacional, fazia com que a recém-criada instituição fosse projetada a um nível de importância muito alto no campo da formação de professoras(es) no Estado. Desse modo, não é difícil identificarmos na dinâmica deste mesmo campo o valor atribuído às novas formações profissionais que emergiam e, sobretudo, aos títulos profissionais que a materializavam. Em outras palavras, tomadas por empréstimo de Bourdieu (2007, p. 27), podemos tratar os referidos títulos profissionais emitidos pela ESEF como verdadeiros “símbolos de nobreza cultural” em terras sul-rio-grandenses.

“As nobrezas são essencialistas”, afirma Bourdieu (2007, p. 28). Separados por uma diferença de natureza daqueles simples “plebeus da cultura” que não os detém, o autor afirma que os portadores de títulos de nobreza cultural, baseados numa hierarquia dos seres, são por eles definidos e legitimados em suas posições, transformando o que fazem na manifestação de uma essência tão anterior quanto superior às manifestações aparentes. Mas Bourdieu nos alerta ainda que, para compreendermos plenamente o efeito acarretado pelas marcas e títulos escolares, é necessário considerarmos outra característica própria a toda nobreza: não se deixando aprisionar nos limites de uma definição, a essência em que elas se reconhecem é liberdade, por natureza. Assim, livre é aquele que, sendo possuidor de um título de nobreza cultural, tem a proteção da instituição escolar para fazer uso dos conhecimentos por ela protegidos e difundidos.

Na esteira dessas diferenciações, o efeito de imposição simbólica produzido pelos diplomas que consagravam as formações oferecidas pela ESEF, ou seja, seus efeitos de certificação, irradiaram-se por diversas direções atingindo o campo educacional do Rio Grande do Sul de uma forma geral, mas, sobretudo, modificando para sempre o campo da formação de professoras(es) de Educação Física no Estado. Muitas foram as características que fizeram dos diplomas expedidos pela ESEF objetos raros, passíveis de conferir à raridade escolar que eles produziam ou decretavam, uma raridade social.

De fato, mesmo que possamos considerar o peso atribuído a seus diplomas, a ESEF não inicia sua trajetória ligada a alguma universidade. Cabe ressaltar que, nesse momento, figurava em Porto Alegre apenas uma possibilidade desse quadro vir a ser desenhado, ou seja, existia somente a Universidade de Porto Alegre⁶ no cenário do ensino superior. Na ocasião, filiavam-se a ela os seguintes estabelecimentos estaduais de ensino: a Faculdade de Direito, a Escola de

⁶ A Universidade de Porto Alegre, estabelecimento estadual de ensino, foi instituída pelo Decreto Estadual n. 5758, de 28 de novembro de 1934, com sede na cidade de Porto Alegre.

Engenharia, a Escola de Agronomia e Veterinária e o Colégio Universitário⁷. É interessante destacarmos que, dentre as suas principais finalidades, trazidas a público nas linhas de seu estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual n. 6627, de 19 de dezembro de 1940, estava: “c) Facilitar a educação física de seus alunos e aperfeiçoar-lhes a educação moral e cívica”. Mas, ao que se mostra, isso não foi argumento forte o bastante para que os cursos da ESEF, nem mesmo o Curso Superior, adentrasse de fato, os portões da universidade.

Produzindo uma identidade formadora para o Rio Grande do Sul

Quando a ESEF é criada, em 1940, o governo do Estado é comandado pelo Interventor Federal, o Coronel Cordeiro de Farias (1938 - 1943), e as questões educacionais de todo o Estado são concentradas na então Secretaria da Educação e Saúde Pública (SESP/RS), por sua vez liderada pelo secretário Coelho de Souza (1937 - 1945). A Educação Física está inserida na chamada “Secção Técnica”, local onde esteve alojada desde a aprovação do Regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1929⁸. A filiação da ESEF se dava, portanto, ao nível do secretariado estadual.

A análise das fontes nos permitir interpretar os esforços empreendidos na organização de todo um sistema educacional que procurava, a base de muitas reformas e remodelações, estruturar-se. Na ideia de busca da ESEF, em meio a toda essa movimentação organizacional, dois pontos relativos à filiação de origem foram descortinados. O primeiro deles diz respeito, justamente, à necessidade de reconhecermos que a ESEF nasce filiada à SESP/RS e, somente dois anos mais tarde, em 1942, filia-se à então criada Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS)⁹. Não raras vezes, localizamos nos estudos históricos onde a Escola é objeto de análise, o fomento da expressão “Escola de Educação Física da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul”. No entanto, nosso olhar que parte da ESEF e é dirigido à formação do campo educacional mais amplo, nos instigou a recolocá-la em seu devido lugar na trama histórica, tão confusamente tecida, das estruturas organizacionais da educação no Estado.

O segundo ponto diz respeito à sua subordinação ao Departamento Estadual de Educação Física (DEEF), desde 1940, para o qual o Capitão Olavo Amaro da Silveira teria sido nomeado diretor, juntamente com o cargo de direção da ESEF. Foi possível identificarmos que na SESP/RS não era prática corrente, até então, a divisão da estrutura organizacional em departamentos, sejam eles pedagógicos ou administrativos. É necessário pontuarmos, no entanto, que os anseios de criação de um Departamento Estadual de Educação Física, que seria diretamente responsável pela organização da ESEF, está nos documentos mais remotos que localizamos referentes às origens da Escola, neles encontrando menção direta à sua existência. A vinculação da ESEF ao suposto Departamento aparecia de forma recorrente nos livros de registros de matrículas e atas consultadas, fazendo-nos crer que, ao menos ao nível das ideias de seus gestores, o Departamento Estadual de Educação Física acompanhava a criação da ESEF.

⁷ A Faculdade de Medicina de Porto Alegre era considerada um estabelecimento federal de ensino que deveria ser integrada à Universidade de Porto Alegre “para todos os efeitos de cooperação administrativa e cultural”. (Decreto Estadual n. 6627, de 19 de dezembro de 1940).

⁸ Decreto estadual n. 4.258, de 21 de janeiro de 1929.

⁹ Em 1935, pelo Decreto n. 5.969, de 26 de junho, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública – SESP/RS. Em 10 de agosto, pelo Decreto n. 6.037, deu-se a organização provisória dos serviços da Secretaria, que foi estruturada em seis novas diretorias: Expediente; Instrução Pública; Higiene e Saúde Pública; de Assistência a Alienados; Museu do Estado e Biblioteca Pública. Pelo decreto n. 578, de 22 de julho de 1942, alterado pelo decreto-lei n. 246, de 13 de outubro de 1942, a SESP/RS foi reestruturada e passou a denominar-se Secretaria de Educação e Cultura - SEC/RS.

Entretanto, analisando simultaneamente o quadro mais geral da Educação no Estado e os contornos da Educação Física que nele foram se desenhando, novamente nos deparamos com a reforma da SESP/RS, em 1942, e um novo quadro organizacional que despontava. Nele, surgem novas divisões e distribuições do poder educacional no Estado, nas quais se começou a vislumbrar a linguagem gerencial das Diretorias, Superintendências e também, dos Departamentos.

É, pois, pelo Decreto n. 578, de 22 de julho de 1942¹⁰, que substituiu a Sesp/RS pela Secretaria de Educação e Cultura, que se dá a criação efetiva do Departamento Estadual de Educação Física¹¹. A partir de agora, a Educação Física no Estado estaria subordinada à organização prevista pelo Departamento de Educação Física que, por sua vez, respondia como um dos órgãos de Administração Especial da SEC. Nesse contexto, a Inspeção de Educação Física, criada em 1929, é suspensa, dando vazão aos novos contornos de ensino e fiscalização.

É importante pontuarmos que, assim como as Escolas de Educação Física, a criação de Departamentos Estaduais era uma tendência a se espalhar pelo país, fruto também de um modelo proveniente da capital federal à época, que desde 1937, já possuía o Departamento Nacional de Educação Física. Como bem nos lembra Werle (2005, p. 244), há que se considerar o papel estruturante que a ação do governo federal exercia sobre a instância estadual: “A instância federal surge como modelo de inovação. Organismos são criados na instância estadual à semelhança dos da federal”.

Assim, os laços que unem a ESEF ao Departamento Estadual de Educação Física são iniciados efetivamente em 1942 e, em agosto de 1943, são consolidados pela aprovação do Regimento Interno¹² desse último. Esse novo órgão estadual passava a ser responsável pela organização da Educação Física no Estado, tendo como uma de suas principais finalidades a administração geral da ESEF. Nesse processo de transformações constantes, em 1947, é criada a Superintendência de Educação Física e Assistência Social (SEFAE), em substituição ao DEEF, órgão ao qual a ESEF fica diretamente subordinada.

Para o início dos trabalhos letivos da ESEF, comemorados na data de 6 de maio de 1940¹³, o cenário que se desenhava para a instalação da instituição era de muitas dificuldades e desafios a serem transpostos por seus idealizadores. A começar pelas questões de instalação física, a Escola carecia de espaços e materiais adequados às aulas. O que nos trazem as fontes consultadas, os materiais de apoio, necessários aos conteúdos práticos, foram adquiridos com muitas dificuldades em parte na própria cidade e, em parte, no Rio de Janeiro (SILVEIRA, 1943).

Assim, como uma das primeiras tentativas organizacionais, foram então estabelecidas, ainda em 1940, as “Instruções Gerais” que deveriam ser seguidas pelas(os) candidatas(os) à matrícula nos diversos cursos ofertados. O documento consistia em uma pequena brochura encadernada, impressa pela gráfica da Livraria do Globo, e que circulava pelo Estado anunciando o funcionamento geral da instituição e as suas exigências de seleção. Importa destacarmos que o referido documento, já em sua primeira página, deixa claro à (ao) leitor(a) que o conteúdo a ser lido (e aceito) fora retirado diretamente do Regimento Interno do próprio DEEF, ainda desconhecido ao grande público interessado. De fato, o texto do documento já inicia na sessão de número sete, artigo nono, referindo-se diretamente à causa da ESEF ao apresentar o seu objetivo principal: “A ESEF terá como objetivo principal a formação de

¹⁰ Corresponde ao Decreto Estadual n. 2.468, de 13 de novembro de 1942.

¹¹ A Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937 criou a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, primeiro órgão federal responsável por organizar as questões da Educação Física no Brasil.

¹² Decreto Estadual n. 81, de 2 de agosto de 1943.

¹³ Embora tenha sido exaustiva a busca, não conseguimos localizar, no rol da legislação pesquisada, o Decreto que oficializa a criação da ESEF.

peçoal técnico em Educação Física e Desportos” (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 1).

Em relação às opções de curso, ao mesmo tempo em que todos aqueles que seriam propostos seguiam os modelos já ofertados na ENEFD, estes mesmos mostravam-se muito inovadores ao campo da formação de professoras(es) de Educação Física no Rio Grande do Sul. No que tange à variação de possibilidades, as instruções previam os seguintes formatos de cursos a ser realizados na ESEF: Curso Superior de Educação Física, Curso Normal de Educação Física, Curso de Técnica Desportiva, Curso de Treinamento e Massagem e também, Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos. A duração de tais cursos era diferenciada, bem como, ao longo da trajetória da instituição novos formatos de cursos foram criados, como foi o caso do Curso de Educação Física Infantil e do Curso de Massagem. Houve, também, a tentativa de instalação do Curso de Recreação, reduzida ao ano de 1964.

O Curso Normal de Educação Física oferecido pela ESEF, além de marcar o início das ações da Escola no campo da formação de professores, também representou uma inovação para a própria formação na área. Conforme vimos anteriormente, é datada do ano de 1929 a formação intensiva em Educação Física a partir da qual, após o breve período de três meses de curso, as professoras normalistas estavam habilitadas ao trabalho com a Educação Física nas escolas. Tratava-se, pois, de um curso de aperfeiçoamento, no qual a formação específica na área figurava como uma informação complementar aos saberes já adquiridos na Escola Normal.

Incluído na ESEF, o Curso Normal, agora integralmente voltado aos saberes da Educação Física, configura essa nova posição profissional emergente: a (o) “nova” (o) Normalista Especializada(o) em Educação Física. Com a duração estendida para um ano letivo, em que um número bastante grande de disciplinas práticas e teóricas eram condensadas no arranjo curricular, o Curso Normal de Educação Física assegura as atividades na ESEF, até o ano de 1956, quando a última turma de alunos conclui os estudos. Após esse ano, já em 1957, inicia-se o Curso de Educação Física Infantil, assumindo esse papel, até então desempenhado pelo Curso Normal de habilitar professoras(es) de Educação Física para o magistério primário.

Como essa fatia do professorado consistia naquela que mais interessava à Secretaria de Educação e Cultura, por ser esse grupo sua primeira responsabilidade, a posição do Curso Normal de Educação Física dentro do sistema educacional do Estado foi um dos alvos de discussão do Segundo Grupo de Trabalho¹⁴ que se reuniu em 1947, com vistas à organização da ESEF.

O centro desse ponto de discussão era a defesa da convicção de que o Curso Normal fosse ministrado, exclusivamente, dentro da ESEF e, ao mesmo tempo, fossem fechadas as possibilidades do mesmo ocorrer no interior do Instituto de Educação e das Escolas Normais. Havia até então, ao que parece, um compartilhamento dessa formação pelas instituições de ensino responsáveis pela preparação das professoras(es) normalistas que se viam, como assim o foram até então, perfeitamente capacitadas para oferecer a(ao) suas(eus) alunas(os) a especialização na área.

Assim, concentrar o Curso Normal de Educação Física na ESEF configurou uma estratégia adotada pelas autoridades educacionais do Estado que pode ser vislumbrada em um

¹⁴ A fonte aqui pesquisada é o Documento intitulado “Organização da Escola Superior de Educação Física, do Estado do Rio Grande do Sul”. Trata-se de um estudo endereçado ao então Secretário de Educação e Cultura, Sr. Eloy José da Rocha, realizado por uma comissão designada para tal fim. A referida comissão era formada pelos seguintes professores: Rosa Nahuys (Presidente da comissão, membro do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais); Glacira Amaral Barros (Membro da Superintendência de Ensino Normal); Natal C. Paiva (Membro da Superintendência de Ensino Secundário); Dulce Dutra Rosa (Membro da Superintendência de Ensino Primário); Alfredo Augusto Barros Hofmeister (Membro do Conselho Técnico e Administrativo da Escola); Ademar Torelly (Membro da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional); Frederico Guilherme Gaelzer (Membro da congregação da ESEF); Capitão Jacinto Targa (então Diretor da Escola).

duplo movimento de afirmação: a construção da ideia de que a Educação Física era uma área de conhecimento que possuía seus próprios saberes e, como consequência, diferenciar do todo do professorado a nova posição profissional que emergia e que possuía, por sua vez, suas próprias disposições. Cabe aqui lembrar que, para ter acesso ao novo formato do Curso Normal de Educação Física, a(o) candidata(o) deveria apresentar no ato da inscrição diploma de Normalista, reconhecido pelos demais Estados ou pelo Distrito Federal (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 11).

Para essa e outras defesas levantadas no texto, os argumentos anunciados pelo referido Grupo de Trabalho se construíram quase que, unicamente, tendo como base os artigos do Decreto 1212 de 1939. O argumento central dessa relação, ao redor do qual giraram todas as construções elocubrativas, pôde ser expresso pelo retorno insistente ao artigo primeiro do referido decreto: “Imprimir ao ensino de Educação Física e dos Desportos em todo o país unidade teórica e prática”. Para além, os temores que duvidavam da qualidade do ensino oferecido fora da Escola, bem como a denúncia aos gastos excessivos e a inviabilidade de disciplinas serem ministradas nas outras instituições foram argumentos que fortaleceram a luta pela unidade.

Assim, o inventário de defesas e acusações trazidas pelo documento produzido fez com que a comissão decretasse obrigatória a exclusividade da ESEF no trato e oferecimento da formação em nível Normal. De outro modo, novamente baseada no Decreto de 1939, afirmava-se a autoridade da ESEF em ser, em terras sul-rio-grandenses, a única instituição reconhecida pelo Governo Federal como apta a emitir diplomas de formação profissional na área.

Para dar conta de finalizar a formação em tempo hábil, o currículo do Curso Normal fora organizado para funcionar em tempo integral (manhã e tarde), o que resultou em uma formação bastante intensa e exigente como nos é retratado recorrentemente nas falas das entrevistadas. Os excessos exigidos ao corpo, que deflagraram situações de emagrecimento¹⁵ e cansaço extremo, são os principais pontos de reflexão trazidos por elas quando a pergunta feita girou em torno das rotinas diárias. Cabe ressaltar que o apressamento com que as atividades eram distribuídas no pouco tempo de duração do curso e a rigidez nas formas de exigência e finalidades da prática eram, nas falas, recorrentemente atribuídas à presença de militares no corpo docente da ESEF.

Assim, as memórias do Curso Normal, embora saudosistas em sua maioria, denunciam um processo muito apressado de formação que refletia, entre outras, a necessidade urgente de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. À custa de muito trabalho, era preciso atender às demandas provenientes das escolas primárias de todo o Estado e, ao mesmo tempo, fazer cumprir a nova lei que organizava a formação profissional. Em outras palavras, o Curso Normal pode ser pensado como uma estratégia de “corrida contra o tempo”, rumo à marcha modernizadora que então atravessava a Educação Física sul-rio-grandense.

O ano de 1941 inicia com as festividades relativas à formatura das(os) primeiras(os) alunas(os) diplomadas(os) pela ESEF. A cerimônia realizada na data de 21 de janeiro, nas dependências do Teatro São Pedro, representava para o recém-criado campo da Educação Física uma grande conquista que mereceu ser admirada por um ilustre público presente, composto por familiares e autoridades educacionais civis e militares. Na ocasião, a Prof.^a Leda Hecker foi designada para representar a turma das(os) novas(os) normalistas especializadas(os) e proferir o discurso de encerramento que, posteriormente, foi transcrito, na íntegra, nas páginas do volume n. 5 da Revista do Ensino. Vale aqui trazeremos desse documento, um trecho muito significativo acerca do novo papel que essas(es) jovens professoras(es) outorgaram a si

¹⁵ A Prof.^a Zilca afirmou ter emagrecido 4 quilos no período de um ano, ao passo que comenta ter lembrança de outras colegas suas que emagreceram ainda mais, no mesmo período.

mesmas(os), no cenário educacional do Estado:

Creada que foi a Escola Superior de Educação Física no R. G. do Sul, para ela enrumámos com o nobre desígnio de receber os ensinamentos que os seus programas prometiam ministrar. E o curso transcorreu com o máximo de utilidade e eficiência. No curto espaço de um período letivo anual, não era possível fazer mais [...] Apresentêmo-nos para a ação. O Brasil reclama a contribuição de todos os seus filhos, exercida na dupla diretriz de tornar cada vez maior o sentimento de brasilidade e converter os brasileiros em cidadãos crescentemente mais válidos e prestantes, para objetar a ideologia do Estado Novo. E confia no seu magistério! [...]. (SILVEIRA, 1941, p. 73-74).

No desenrolar do discurso, fica evidente o estabelecimento de uma relação muito íntima entre a Educação Física e o “aperfeiçoamento da raça brasileira”, esse compreendido como o processo que construiria um país de pessoas fortes e saudáveis corporalmente. O elo que uniria esse dois polos, tornando este um processo possível, seria, pois, as(os) professoras(es) especializadas(os) na área, nesse caso, aquelas(es) especializadas(dos) pela ESEF. Assim, ao agir precocemente sobre os vigores físicos da infância e da juventude sul-rio-grandense, orientando-os para a construção dos objetivos nacionais, as(os) novas(os) professoras(es) estariam colaborando com o diálogo entre Estado e Nação, tão proclamado no momento em questão.

Nesse contexto, “apresentar-se à nação” pareceu significar àquelas(es) professoras(es) uma entrega “de si”, uma doação consentida de seu trabalho em prol do alcance de objetivos já acreditados. Pela primeira vez na história da Educação no Rio Grande do Sul, a figura da(o) professor(or) de Educação Física é vista como parceira no processo educacional e se consolida no rol dos agentes de transformação da sociedade.

Ao findar esse momento inicial de exclusividade do Curso Normal, a ESEF abre suas portas a outras faces da formação profissional ao oferecer, além desta, os cursos de Técnica Desportiva, Medicina da Educação Física e Desportos, e o Curso Superior. Para além do Curso Normal, a formação do professorado para a atuação nas escolas é ofertada pelo Curso Superior. Assim, no ano de 1941, inicia-se, no Estado, a primeira formação nesse nível de treinamento, estruturada sobre uma grade curricular com duração de dois anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode-se demonstrar, a influência da ENEFD na criação da ESEF no Rio Grande do Sul é inegável sob diversos aspectos. Recorrentemente, citada como parâmetro administrativo e pedagógico nos documentos estaduais que consultamos, a ENEFD aparece justamente com esse papel modelador das demais instituições formadoras que a seguiram no país e, em nosso caso especial, como padrão referenciado nas origens da ESEF. Nesse sentido, analisar as bases originais de edificação da ESEF e, ao mesmo tempo, aquelas que tornaram sua sustentação possível de forma singular no Estado, ao longo de 30 anos, possibilitou-nos interpretar a referida instituição em uma dupla função: reprodutora em potencial de um modelo nacional; ao mesmo tempo em que produtora e protagonista de um modelo estadual. Em outras palavras, podemos considerar que a ESEF, influenciada pelos ares pedagógicos da ENEFD, trouxe ao Rio Grande do Sul a tentativa de operacionalizar a releitura e a unificação das condutas pedagógicas então aqui existentes e circulantes.

Para além de seguir a organização e oferecimento dos mesmos cursos já existentes na ENEFD, a legislação, a estrutura do corpo docente e diretivo e as rotinas pedagógicas aqui assumidas e postas em marcha foram elementos que reforçaram a compreensão da ESEF enquanto instituição que se pretendeu reprodutora do modelo nacional. Tal similaridade fazia com que a recém-criada instituição fosse projetada a um nível de importância muito alto no campo da formação de professoras(es) no Estado. Desse modo, não foi difícil identificarmos, na dinâmica desse mesmo campo, o valor atribuído às novas formações profissionais que emergiam e, sobretudo, aos títulos profissionais que a materializavam.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. 1996. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Decreto n. 1212 de 12 de abril de 1939. Dispõe sobre a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, seção 1, p. 49, 12 abr. 1939. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2244617/dou-secao-1-12-04-1939-pg-49>>. Acesso em: 2013.
- COSTA, L. (Org.). *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.
- CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNirevista*, São Leopoldo, v. 1, n. 1: 32-46, jan. 2006.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Instruções Gerais para os candidatos à matrícula nos diversos cursos da ESEF*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.
- ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Portaria n. 325 – D de 30 de dezembro de 1942. Formaliza aspectos sobre a conclusão de curso, louvor e agradecimento. In: *LIVRO de Portarias da Escola Superior de Educação Física*. Porto Alegre, 1942.
- FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no Exército e na escola: educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2007.
- LYRA, V.B. *A criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013, 265p.
- LYRA, V. B.; MAZO, J. Z. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929). *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. esp., p. 37-60, 2010.
- MAZO, J. Z. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do

- Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 143-167, jan./abr. 2005.
- MELO, V. A. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.
- PIMENTEL, A. 2001. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p.179-195.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. *Programa de Educação Física para as comemorações da Semana da Pátria*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1938-1940. p. 13-14.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 4258 de 21 de janeiro 1929. Aprova o Regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública. In: *LEGISLAÇÃO: leis, actos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1929. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- SILVEIRA, O. A. *Normalistas especializadas em Educação Física*. Porto Alegre: Revista do Ensino, 1941.
- SILVEIRA, O. A. *Escola de Educação Física: termo de abertura*. Porto Alegre: Escola de Educação Física, 1943. Livro escrito à mão, destinado ao registro do histórico da Escola.
- WERLE, F. O. C. *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2005.

Recebido em: 20/04/2015

Aprovado em: 20/06/2016